



**Misericórdia de  
Mangualde**

## **Relatório de Gestão**

**Ano findo em 31 dezembro 2022**

A versão assinada do R&C de 2022 está disponível na Instituição.



## Índice

1.	Introdução	2
2.	Relatório por valências	3
2.1.	Creche	3
2.2.	Lares	4
2.3.	Unidade de cuidados continuados integrados (UCCI)	6
2.4.	Outras valências	8
3.	Análise de Gastos e Rendimentos do ano de 2022, por classes e contas	9
4.	Demonstrações financeiras da Gerência	10
4.1.	Balancete referente a 31 dezembro 2022	10
4.2.	Análise à Execução Orçamental – 2022	11
4.3.	Posição Financeira	11
4.4.	Rendimentos, Gastos e Resultados	12
4.5.	Investimentos	14
4.6.	Demonstração dos resultados por valências	15
5.	Perspetivas	16
6.	Aplicação do Resultado Líquido	16
7.	Gestão de riscos Financeiros	16
8.	Acontecimentos após a data do balanço	17
9.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
10.	Outras informações	18
11.	Demonstrações Financeiras	19



## 1. Introdução

No ano de 2022 a Santa Casa da Misericórdia de Mangualde reforçou a sua estrutura humana e financeira com um manancial de credibilidade e estabilidade, fruto do esforço conjugado da intervenção de todos os irmãos, dos colaboradores, dos membros dos órgãos sociais e do reconhecimento das Entidades Privadas, que têm prestado apoio diverso e colaboração económica, bem como das entidades públicas que, em cumprimento dos diversos acordos de cooperação, lhes reconhecem acrescida dominância na área social e na prestação de cuidados de saúde.

O presente Relatório de Gestão não pode ficar alheio ao ato eleitoral que deu lugar à eleição da atual Mesa Administrativa em 29 de outubro de 2022, na sequência, aliás, da determinação do Sr. Bispo da Diocese, que nomeou uma Comissão Administrativa, a qual orientou os destinos da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde até ao referido ato eleitoral.

Os resultados financeiros traduzidos nos diversos documentos de prestação de contas revelam que foi possível manter a qualidade na prestação dos serviços em todas as valências, num ano pós pandemia, sem os prometidos “solavancos” que uma guerra às portas da Europa previa.

Todavia, sem o esforço de todos os colaboradores e o reconhecimento das famílias, que privilegiaram no exercício do seu direito de escolha a Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, nada disso teria sido possível.

O atual Relatório de Gestão reflete o passado mais próximo da vida da Instituição e revela um resultado líquido do exercício no valor de 572 631,57€.

No orçamento previsional, aprovado para o corrente ano, fez-se, já, alusão a um conjunto de riscos que decorrem da conjuntura atual, sobretudo ditados pela Guerra na Europa e os altos valores da inflação e taxas de juro. Por conseguinte, é possível antever que, para além do mais, o esforço das famílias poderá ser significativamente afetado, daí resultando eventuais situações de incumprimento no pagamento das mensalidades dos utentes. Para além disso, existem riscos financeiros adiante detalhados no ponto sete deste documento.

A Mesa Administrativa agradece a todos os irmãos o esforço e a participação na vida da Misericórdia e espera que durante o mandato que ora se iniciou a mesma seja reforçada.

O Provedor



## 2. Relatório por valências

As principais valências da Instituição durante o ano de 2022:

### 2.1. Creche

No ano 2022 a Creche prosseguiu o seu objetivo principal, que é o de prestar cuidados às crianças que a frequentam tendo em conta a sua formação integral e harmoniosa, pensando sempre na individualidade de cada criança.

Para que tal objetivo fosse alcançado foi feito um trabalho em parceria que envolveu toda a comunidade educativa e assentou em estratégias que delinearam todo o processo de desenvolvimento e crescimento da criança tendo sempre em conta as suas necessidades/prioridades, melhorando a aprendizagem e o ambiente escolar.

Esta valência apresenta o seguinte detalhe:

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		CRECHE		
Descrição	2022	2021	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	32921	42179	(9258)	(22%)
Subsídios, doações e legados à exploração	175963	135918	40044	29%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(10888)	(8401)	(2487)	(30%)
Fornecimentos e serviços externos	(15501)	(16431)	930	6%
Gastos com o pessoal	(120804)	(124548)	3744	3%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(688)		(688)	(100%)
Outros rendimentos	7624	12688	(5064)	(40%)
Outros gastos	(426)	(271)	(155)	(57%)
<b>EBITDA - Resultado antes de dep, gastos de financ e impostos</b>	<b>68200</b>	<b>41133</b>	<b>27067</b>	<b>66%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2293)	(1952)	(341)	17%
<b>EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financ e imp)</b>	<b>65907</b>	<b>39181</b>	<b>26726</b>	<b>68%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		3	(2)	(90%)
Juros e gastos similares suportados	(4)	(487)	483	99%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>65903</b>	<b>38696</b>	<b>27206</b>	<b>70%</b>
<b>Nº crianças</b>	<b>38</b>	<b>37</b>	<b>1</b>	
<b>Nº colaboradores</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	



## 2.2. Lares

O envelhecimento é um processo natural e irreversível, devendo ser acompanhado de cuidados adequados e com suporte emocional de todos os envolvidos, pois a sua falta envelhece, mais do que a própria idade. A Instituição presta apoio à Terceira Idade com os serviços de Lar. Continua a verificar-se um acréscimo da capacidade de assistência domiciliária mantendo o idoso em casa, até uma idade mais avançada. Esta situação repercute-se nos Lares da Instituição, com a entrada de pessoas mais dependentes, isto é, pessoas que as próprias famílias já não conseguem cuidar por falta de conhecimentos adequados.

Face a 2021, a principal alteração material nesta área é a entrada em funcionamento da Residência. Com as limitações impostas pela deslocalização de idosos do Lar Morgado do Cruzeiro para esta valência, não foi possível neste primeiro exercício rentabilizar a valência no sentido em que esta foi criada, porquanto a rentabilização do investimento passa pela ocupação da capacidade instalada por utentes com disponibilidade financeira para suportarem mensalidades superiores, compatíveis com o serviço superior que se pretende oferecer. Não podendo ocupar parte dessa capacidade por via da deslocalização temporária de utentes, a rentabilidade da valência acabou por ser prejudicada.

Em 2023 conta-se que tal questão venha a ser parcialmente ultrapassada com o regresso dos utentes ao Lar Morgado do Cruzeiro e à libertação de capacidade para o objetivo inicial da valência.

Estas valências apresentam o seguinte detalhe:

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		LNSA		
Descrição	2022	2021	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	812 684	679 776	132 908	20%
Subsídios, doações e legados à exploração	390 351	326 317	64 034	20%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(111 056)	(99 248)	(11 808)	(12%)
Fornecimentos e serviços externos	(133 885)	(176 055)	42 170	24%
Gastos com o pessoal	(617 348)	(647 336)	29 988	(5%)
Outros rendimentos	27 237	43 946	(16 709)	(38%)
Outros gastos	(3 749)	(1 408)	(2 342)	166%
<b>EBITDA - Resultado antes de dep, gastos de financ e impostos</b>	<b>364 235</b>	<b>125 994</b>	<b>238 240</b>	<b>189%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(65 485)	(68 099)	2 614	(4%)
<b>EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financ e imp)</b>	<b>298 750</b>	<b>57 895</b>	<b>240 855</b>	<b>416%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	2	3	(1)	34%
Juros e gastos similares suportados	(27)	(2 256)	2 230	99%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>298 725</b>	<b>55 641</b>	<b>243 083</b>	<b>437%</b>
<b>Nº utentes</b>	<b>85</b>	<b>75</b>	<b>10</b>	
<b>Nº colaboradores</b>	<b>56</b>	<b>54</b>	<b>2</b>	



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		LMC		
Descrição	2022	2021	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	434 663	548 765	(114 102)	(21%)
Subsídios, doações e legados à exploração	481 334	384 676	96 658	25%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(95 678)	(84 691)	(10 987)	(13%)
Fornecimentos e serviços externos	(143 448)	(143 382)	( 67)	(0%)
Gastos com o pessoal	(433 567)	(619 184)	185 617	30%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(1 350)	0	(1 350)	(100%)
Outros rendimentos	17 335	30 948	(13 613)	(44%)
Outros gastos	(3 995)	(8 876)	4 880	55%
<b>EBITDA - Resultado antes de dep, gastos de financ e impostos</b>	<b>255 293</b>	<b>108 257</b>	<b>147 036</b>	<b>136%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(20 144)	(50 895)	30 750	60%
<b>EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financ e imp)</b>	<b>235 149</b>	<b>57 362</b>	<b>177 786</b>	<b>310%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	2	3	( 1)	(28%)
Juros e gastos similares suportados	(15 945)	(8 149)	(7 796)	(96%)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>219 206</b>	<b>49 216</b>	<b>169 990</b>	<b>345%</b>
<b>Nº utentes</b>	<b>50</b>	<b>70</b>	<b>(20)</b>	
<b>Nº colaboradores</b>	<b>32</b>	<b>44</b>	<b>(12)</b>	

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		RESIDÊNCIA
Descrição	2022	
Vendas e serviços prestados	231 541	
Subsídios, doações e legados à exploração	4 626	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(32 051)	
Fornecimentos e serviços externos	(37 928)	
Gastos com o pessoal	(288 835)	
Outros rendimentos	5 690	
Outros gastos	(1 313)	
<b>EBITDA - Resultado antes de dep, gastos de financ e impostos</b>	<b>(118 271)</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(38 687)	
<b>EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financ e imp)</b>	<b>(156 957)</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	1	
Juros e gastos similares suportados	(5 333)	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(162 290)</b>	
<b>Nº utentes</b>	<b>23</b>	
<b>Nº colaboradores</b>	<b>13</b>	



## 2.3. Unidade de cuidados continuados integrados (UCCI)

A Unidade de Cuidados Continuados tem as Tipologias de Longa e Média Duração.

A missão das Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração é assegurar um conjunto de cuidados de saúde e/ou de apoio social de qualidade, que promovam a autonomia e melhorem a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através de um processo ativo e contínuo de reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social.

A Tipologia de Média Duração tem como objetivo a promoção da estabilização clínica, avaliação e reabilitação integral do utente que se encontre com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável, respondendo a necessidades transitórias, promovendo a reabilitação e a independência, em situação clínica decorrente de recuperação de um processo agudo ou descompensação crónico.

A Unidade de Cuidados Continuados pretende ser uma unidade de referência da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados pela excelência dos cuidados que presta, pela promoção de uma cultura de aprendizagem e aperfeiçoamento contínuos, pelo incentivo à adoção das melhores práticas, pela orientação para a obtenção de resultados em saúde, para a satisfação dos utentes e dos profissionais que aí desenvolvem a sua atividade.

Esta valência apresenta o seguinte detalhe, ressaltando-se que é o primeiro exercício económico em que são apresentados os resultados por tipologia, não sendo por isso possível apresentar o termo comparativo com 2021.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			UCCI TOTAL		
Descrição	Notas	2022	2021	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados		1 286 145	1 125 784	160 361	14%
Subsídios, doações e legados à exploração		16 051	0	16 051	0%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		( 117 923)	(76 937)	(40 986)	(53%)
Fornecimentos e serviços externos		( 336 168)	(349 789)	13 621	4%
Gastos com o pessoal		( 637 153)	(650 294)	13 141	2%
Imparidades de Dívidas a receber		( 8 132)	0	(8 132)	(100%)
Outros rendimentos		30 555	42 135	(11 580)	(27%)
Outros gastos		( 4 518)	(2 475)	(2 042)	(83%)
<b>EBITDA - Resultado antes de dep, gastos de financ e impostos</b>		<b>228 859</b>	<b>88 423</b>	<b>140 435</b>	<b>159%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		( 59 896)	(59 827)	( 70)	(0%)
<b>EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financ e imp)</b>		<b>168 962</b>	<b>28 597</b>	<b>140 366</b>	<b>(491%)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		1	3	( 2)	(69%)
Juros e gastos similares suportados		( 21 746)	(27 453)	5 707	21%
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>147 217</b>	<b>1 147</b>	<b>146 071</b>	<b>(12740%)</b>
<b>Nº utentes</b>		<b>47</b>	<b>47</b>	<b>0</b>	
<b>Nº colaboradores</b>		<b>47</b>	<b>47</b>	<b>0</b>	



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		UCCI LONGA
Descrição	Notas	2022
Vendas e serviços prestados		490 958
Subsídios, doações e legados à exploração		6 580
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(77 706)
Fornecimentos e serviços externos		(146 448)
Gastos com o pessoal		(193 426)
Imparidades de Dívidas a receber		(5 777)
Outros rendimentos		12 949
Outros gastos		(1 850)
<b>EBITDA - Resultado antes de dep, gastos de financ e impostos</b>		<b>85 281</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(24 620)
<b>EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financ e imp)</b>		<b>60 661</b>
Juros e gastos similares suportados		(11 036)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>49 626</b>
<b>Nº utentes</b>		<b>19</b>
<b>Nº colaboradores</b>		<b>14</b>

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		UCCI MÉDIA
Descrição	Notas	2022
Vendas e serviços prestados		652 342
Subsídios, doações e legados à exploração		6 446
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(31 515)
Fornecimentos e serviços externos		(129 098)
Gastos com o pessoal		(408 451)
Imparidades de Dívidas a receber		(2 355)
Outros rendimentos		12 190
Outros gastos		(1 801)
<b>EBITDA - Resultado antes de dep, gastos de financ e impostos</b>		<b>97 758</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(23 640)
<b>EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financ e imp)</b>		<b>74 118</b>
Juros e gastos similares suportados		(7 289)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>66 830</b>
<b>Nº utentes</b>		<b>19</b>
<b>Nº colaboradores</b>		<b>31</b>



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		UCCI PART.
Descrição	Notas	2022
Vendas e serviços prestados		142 845
Subsídios, doações e legados à exploração		3 025
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(8 702)
Fornecimentos e serviços externos		(60 621)
Gastos com o pessoal		(35 276)
Outros rendimentos		5 416
Outros gastos		( 867)
<b>EBITDA - Resultado antes de dep, gastos de financ e impostos</b>		<b>45 820</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(11 637)
<b>EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financ e imp)</b>		<b>34 183</b>
Juros e gastos similares suportados		(3 421)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>30 762</b>
<b>Nº utentes</b>		<b>9</b>
<b>Nº colaboradores</b>		<b>2</b>

## 2.4. Outras valências

Neste ponto encontram-se as valências “Imóveis”, referente aos rendimentos dos imóveis que se encontram arrendados e “Culto”, onde se incluem as atividades religiosas na Igreja da Misericórdia e no Santuário da Nossa Senhora do Castelo.

A diferença material resulta da realização das Festas da Nossa Senhora do Castelo, que justifica as principais variações de Rendimentos e Gastos.

Estas valências apresentam o seguinte detalhe:

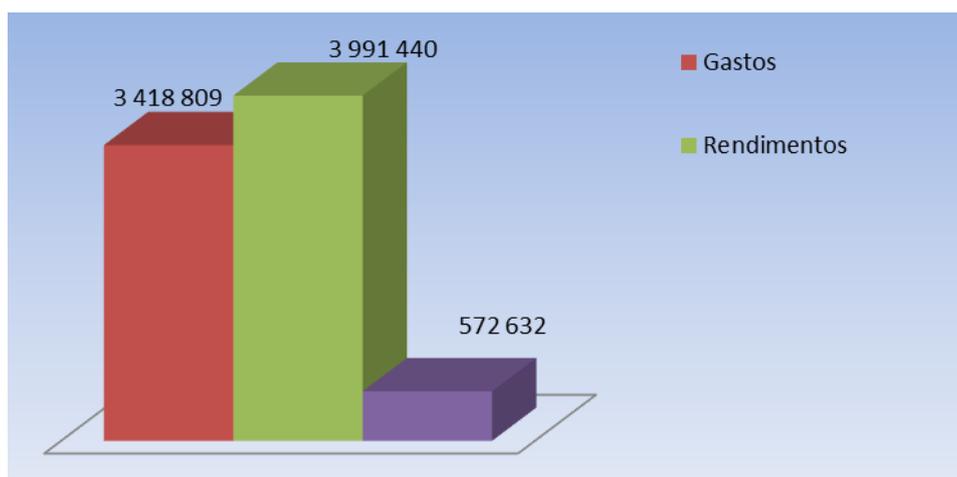
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	CULTO				IMÓVEIS			
	2022	2021	Variação	Variação (%)	2022	2021	Variação	Variação (%)
Subsídios, doações e legados à exploração	17 019	0	17 019	0%	0	0	0	0%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(1 216)	0	(1 216)	0%	0	0	0	0%
Fornecimentos e serviços externos	(11 867)	(11 870)	3	0%	(2 068)	(2 833)	765	-27%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0	0	0%	(1 800)	0	(1 800)	0%
Outros rendimentos	570	3 192	(2 622)	(82%)	19 125	18 773	352	2%
Outros gastos	(7 560)	(792)	(6 768)	(855%)	0	0	0	0%
<b>EBITDA - Result antes de dep, gastos de financ e impostos</b>	<b>(3 053)</b>	<b>(9 470)</b>	<b>6 417</b>	<b>68%</b>	<b>15 257</b>	<b>15 940</b>	<b>( 683)</b>	<b>-4%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	( 605)	(1 162)	557	48%	(7 728)	(8 266)	538	7%
<b>EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financ e imp)</b>	<b>(3 658)</b>	<b>(10 632)</b>	<b>6 974</b>	<b>66%</b>	<b>7 529</b>	<b>7 674</b>	<b>( 145)</b>	<b>-2%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(3 658)</b>	<b>(10 632)</b>	<b>6 974</b>	<b>66%</b>	<b>7 529</b>	<b>7 674</b>	<b>( 145)</b>	<b>-2%</b>



### 3. Análise de Gastos e Rendimentos do ano de 2022, por classes e contas

(em euros)

Gastos			Rendimentos		
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	368 812	72	Prestações de Serviços	2 797 954
62	Fornecimentos e Serviços Externos	680 865	75	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 085 345
63	Gastos com Pessoal	2 097 708	78	Outros Rendimentos	108 136
64	Gastos de depreciação e amortização	194 839	79	Juros e outros rendimentos similares	6
65	Perdas por imparidade	11 970			
68	Outros Gastos e Perdas	21 561			
69	Gastos e Perdas de Financiamento	43 055			
		<b>3 418 809</b>			<b>3 991 440</b>
<b>Resultado Líquido do ano</b>					<b>572 632</b>





## 4. Demonstrações financeiras da Gerência

### 4.1. Balancete referente a 31 dezembro 2022

O balancete do “razão” da Instituição à data de 31/12/2022 apresenta o seguinte detalhe:

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	273 236	272 233	1 003	0
12	Depósitos à ordem	6 377 991	5 222 834	1 155 157	0
13	Outros depósitos bancários	110 000	0	110 000	0
21	Clientes e Utentes	3 150 500	2 807 305	403 896	60 702
22	Fornecedores	1 284 165	1 347 006	1 180	64 021
23	Pessoal	1 408 229	1 408 020	655	446
24	Estado e outros entes públicos	922 213	946 880	49 223	73 891
25	Financiamentos obtidos	5 044 934	8 254 036	0	3 209 102
26	Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	26 514	12 648	13 866	0
27	Outras contas a receber e a pagar	1 584 134	1 752 440	160 354	328 660
28	Diferimentos	30 999	14 028	17 020	49
31	Compras	365 360	365 360	0	0
32	Mercadorias	14 614	1 177	13 437	0
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	392 434	367 121	25 313	0
41	Investimentos financeiros	58 767	27 203	31 564	0
42	Propriedades de investimento	158 347	126 749	158 347	126 749
43	Activos fixos tangíveis	7 625 729	3 000 389	7 225 360	2 600 020
44	Activos intangíveis	8 099	5 914	8 099	5 914
45	Investimentos em curso	2 737 818	162 000	2 575 818	0
51	Fundos	0	714 690	0	714 690
55	Reservas	0	424 133	0	424 133
56	Resultados transitados	523 905	1 980 029	99 772	1 555 895
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	31 543	2 344 701	0	2 313 159
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	371 793	2 982	368 812	0
62	Fornecimentos e serviços externos	764 872	84 008	680 865	0
63	Gastos com o Pessoal	2 388 828	291 121	2 097 708	0
64	Gastos de depreciação e de amortização	194 839	0	194 839	0
65	Perdas por imparidade	11 970	0	11 970	0
68	Outros gastos	21 649	89	21 561	0
69	Gastos de financiamento	43 055	0	43 055	0
72	Prestações de serviços	23 509	2 821 463	0	2 797 954
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0	1 085 345	0	1 085 345
78	Outros rendimentos	21	108 157	0	108 136
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	6	0	6
81	Resultado líquido do período	141 743	141 743	0	0
<b>Totais</b>		<b>36 091 809</b>	<b>36 091 809</b>	<b>15 468 872</b>	<b>15 468 872</b>



## 4.2. Análise à Execução Orçamental – 2022

Apresenta-se de seguida a execução orçamental do ano de 2022 por rubrica:

Rubricas		Total 2022	Orçamento 2022	Varição	Var%
72	Prestação de serviços	2 797 954	2 782 252	15 702	1%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1 085 345	815 142	270 203	33%
78	Outros Rendimentos	108 136	117 441	( 9 305)	-8%
79	Juros e rendimentos similares obtidos	6	8	( 3)	0%
<b>Total de Rendimentos</b>		<b>3 991 440</b>	<b>3 714 843</b>	<b>276 597</b>	<b>7,4%</b>
61	Custo das matérias consumidas	368 812	297 773	71 039	24%
62	Fornecimentos e serviços externos	680 865	706 440	( 25 575)	-4%
63	Gastos com o Pessoal	2 097 708	2 266 783	( 169 075)	-7%
64	Gastos de depreciação e amortização	194 839	224 558	( 29 719)	-13%
65	Perdas por imparidade	11 970	0	11 970	100%
68	Outros gastos	21 561	5 911	15 650	265%
69	Juros e gastos similares suportados	43 055	35 444	7 611	21%
<b>Total dos Gastos</b>		<b>3 418 809</b>	<b>3 536 909</b>	<b>( 118 100)</b>	<b>-3,3%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>572 632</b>	<b>177 934</b>	<b>394 698</b>	

O orçamento aprovado para 2022 foi realizado na sua totalidade, e na execução do orçamento ao nível das grandes rubricas de “Rendimentos” e “Gastos” existiram variações significativas (iguais ou superiores a 15% dos rendimentos globais ou gastos globais), como é o caso dos Subsídios, doações e legados à exploração, principalmente pela reclassificação contabilística dos donativos recebidos que vinham sendo reconhecidos como Outros Rendimentos (79.201 euros em 2022 e 54.041 euros em 2021).

Nos Custos das matérias consumidas, pelo elevado aumento dos preços em 2022 face a 2021, na Imparidades de Dividas de Clientes/Utentes, que não haviam sido encontradas em 2021, e por último pelo efeito do aumento da taxa de juro de referência que provocou um aumento do juros suportados em 21%. Neste último caso também contribuiu para a variação ocorrida a utilização das últimas tranches do financiamento da obra do Lar Morgado do Cruzeiro.

## 4.3. Posição Financeira

ATIVO	2022	Peso %	2021	Peso %	Varição 2022 - 2021
Ativo não corrente	7 266 505	79,4%	6 543 085	74,6%	723 420
Ativo corrente	1 890 401	20,6%	2 226 645	25,4%	-336 244
<b>Total Ativo</b>	<b>9 156 906</b>	<b>100,0%</b>	<b>8 769 730</b>	<b>100,0%</b>	<b>387 177</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>					
Fundos Patrimoniais	5 480 738	59,9%	4 939 649	56,3%	541 089
Passivo não corrente	3 078 870	33,6%	3 093 966	35,3%	-15 096
Passivo corrente	597 298	6,5%	736 115	8,4%	-138 816
<b>Total Fundos Patrimoniais e Passivo</b>	<b>9 156 906</b>	<b>100,0%</b>	<b>8 769 730</b>	<b>100,0%</b>	<b>387 177</b>



O aumento da rubrica “Ativo não corrente” encontra-se justificado na **nota 4.5**.

Para a variação da rubrica “Fundos Patrimoniais” contribuiu o Resultado Líquido do Exercício.

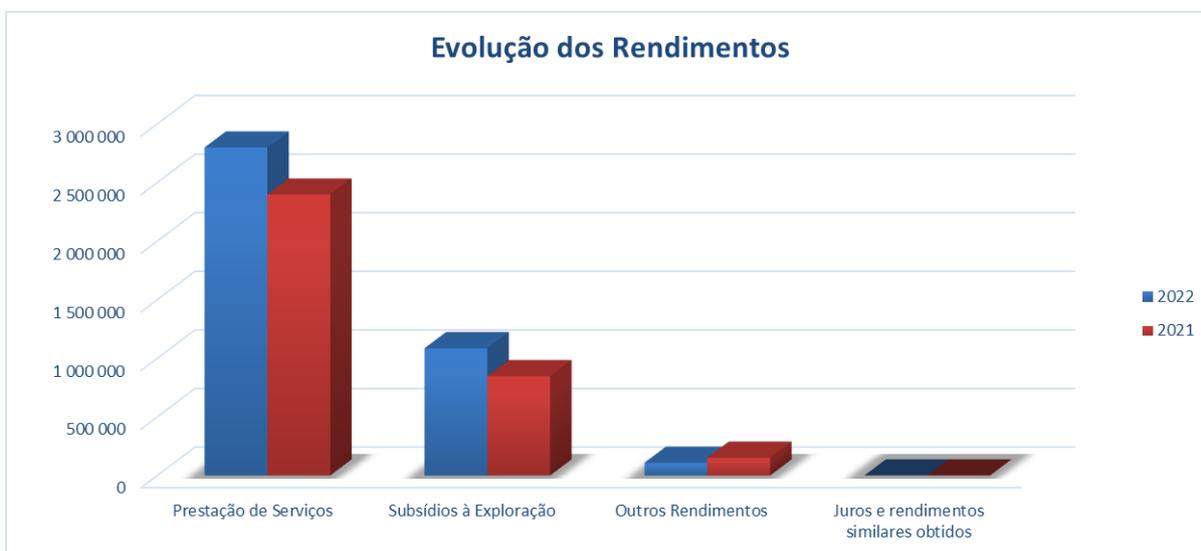
A diminuição das rubricas “Passivo não corrente” e “Passivo corrente” é justificado, essencialmente, pelo reembolso das quantias financiadas junto das instituições financeiras para fazer face aos investimentos, conforme justificado na **nota 4.5**, bem como à redução da dívida a fornecedores.

#### 4.4. Rendimentos, Gastos e Resultados

Segue-se o mapa comparativo da evolução dos Rendimentos e Gastos nos anos de 2022 e 2021:

#### RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS

<u>Rendimentos</u>	2022	%	2021	%	Diferença	%
Prestação de Serviços	2 797 954	70%	2 396 505	71%	401 449	17%
Subsídios, doações e legados à exploração	1 085 345	27%	846 912	25%	238 433	28%
Outros Rendimentos	108 136	3%	151 680	4%	-43 544	(29%)
Juros e rendimentos similares obtidos	6	0%	11	0%	-6	(50%)
	<b>3 991 440</b>	<b>100%</b>	<b>3 395 108</b>	<b>100%</b>	<b>596 333</b>	<b>18%</b>
<u>Gastos</u>						
Custos Mercadorias Vendidas e Consumidas	368 812	11%	269 276	8%	99 535	37%
Fornecimentos e Serviços Externos	680 865	20%	700 358	22%	-19 494	(3%)
Gastos Com o Pessoal	2 097 708	61%	2 041 362	63%	56 346	3%
Gastos de depreciações e de amortizações	194 839	6%	190 201	6%	4 638	2%
Imparidade de dívidas a receber	11 970	0%	0	0%	11 970	100%
Outros Gastos	21 561	1%	13 822	0%	7 739	56%
Juros e gastos similares suportados	43 055	1%	38 346	1%	4 710	12%
	<b>3 418 809</b>	<b>100%</b>	<b>3 253 365</b>	<b>100%</b>	<b>165 443</b>	<b>5%</b>
<u>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</u>	<b>572 632</b>		<b>141 743</b>		<b>430 889</b>	
<u>Cash Flow</u>	<b>767 470</b>		<b>331 944</b>		<b>435 527</b>	





Da comparação da evolução dos Rendimentos e Gastos, importa realçar o seguinte:

- Os rendimentos aumentaram 596 333 € face ao ano anterior (18%);
- O aumento dos rendimentos ficou a dever-se, principalmente, ao aumento do valor das participações da Segurança Social por via da atualização com efeitos retroativos a janeiro de 2022.



- c) Em comparação com o ano de 2021, os Gastos com o Pessoal aumentaram 56 346€ (3%). Este aumento deve-se à atualização da massa salarial, por força da progressão na carreira, da atualização do salário mínimo nacional e ao reforço na contratação de pessoal qualificado.
- d) As depreciações e amortizações, de 2021 para 2022, tiveram um aumento de 4 638€.
- e) Os “Outros Rendimentos” diminuíram 43 544 €, fundamentalmente devido à reclassificação contabilística dos Donativos em 2022. Em 2021 os Donativos foram 54 041€ pelo que forem expurgado da rúbrica em 2021, os “Outros Rendimentos” aumentaram face a 2021.

Passou-se de um resultado positivo de 141 743€ em 2021, para um resultado positivo de 572 632€, em 2022, o que representa uma evolução positiva de 430 889€.

## 4.5. Investimentos

Em 2022, a situação dos investimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Saldo final
<b>Bens do Património Cultural</b>			
Edifícios	400 369		<b>400 369</b>
<b>Sub Total</b>	<b>400 369</b>		<b>400 369</b>
<b>Ativos Fixos tangíveis</b>			
Terrenos e recursos naturais	3 428	163 273	<b>166 701</b>
Edifícios e out. construções	5 640 412	2 918	<b>5 643 331</b>
Equipamento básico	813 742	35 213	<b>848 955</b>
Equipamento de transporte	82 167	0	<b>82 167</b>
Equipamento administrativo	180 256	5 275	<b>185 531</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	56 653	0	<b>56 653</b>
Investimentos em Curso	1 870 622	705 196	<b>2 575 818</b>
<b>Sub Total</b>	<b>8 647 281</b>	<b>911 875</b>	<b>9 559 156</b>
<b>Ativos Fixos Intangíveis</b>			
Programas Informáticos	8 099	0	<b>8 099</b>
<b>Sub Total</b>	<b>8 089</b>	<b>0</b>	<b>8 099</b>
<b>Total</b>	<b>9 055 739</b>	<b>911 875</b>	<b>9 967 625</b>

Durante o ano de 2022, foram realizados os seguintes investimentos mais relevantes:

- ◆ Aquisição do terreno da Quinta da Vila (163 273€);



- ◆ Aquisição de equipamento básico para as várias valências (35 213€).
- ◆ As aquisições relativas a investimentos em curso (705 196€), cujo valor substancial foi aplicado na remodelação do Lar Morgado Cruzeiro.

Os Investimentos em Curso em 31 de dezembro de 2022 no montante de 2 575 818€, têm o seguinte detalhe:

- ◆ Remodelação do Lar Morgado do Cruzeiro – 2 546 692€;
- ◆ Projeto de ampliação da UCCI – 29 126€.

As obras nos edifícios ainda não estavam concluídas à data de 31-12-2022, pese embora a Remodelação do Lar Morgado de Cruzeiro esteja em fase final de conclusão, pelo que, não se encontram disponíveis para uso, conforme parágrafo 7.19 da NCRF-ESNL.

#### 4.6. Demonstração dos resultados por valências

A demonstração dos resultados por valências resume-se no seguinte quadro-síntese, que resultou da sistematização da informação detalhada nos pontos 2.1 a 2.4, deste relatório de gestão:

Ano de 2022:

Valências	Rendimentos	Gastos	Resultado Líquido
Lar Nossa Senhora do Amparo	1 230 275	931 550	298 725
Lar Morgado Cruzeiro	933 334	714 128	219 206
Residência	241 858	404 148	( 162 290)
UCC Longa	510 488	460 862	49 626
UCC Média	670 978	604 149	66 830
UCC Particulares	151 286	120 524	30 762
Creche Mariazinha Lemos	216 507	150 605	65 903
Imóveis	19 125	11 596	7 529
Culto	17 590	21 248	( 3 658)
<b>Total</b>	<b>3 991 440</b>	<b>3 418 809</b>	<b>572 632</b>

Ano de 2021:

Valências	Rendimentos	Gastos	Resultado Líquido
Lar Nossa Senhora do Amparo	1 050 042	994 401	55 641
Lar Morgado Cruzeiro	964 392	915 176	49 216
Unidade de Cuidados Continuados	1 167 921	1 166 775	1 147
Creche Mariazinha Lemos	190 787	152 091	38 696
Imóveis	18 773	11 099	7 674
Culto	3 192	13 824	( 10 632)
<b>Total</b>	<b>3 395 108</b>	<b>3 253 365</b>	<b>141 743</b>



## 5. Perspetivas

As perspetivas da Instituição encontram-se sumarizadas na nota 1 do Relatório de Gestão.

## 6. Aplicação do Resultado Líquido

Propomos que o Resultado Líquido positivo do ano de 2022, no montante de 572 631,57€ transite para a rubrica “Reservas Livres”.

É ainda proposto que o saldo global de Resultados Transitados no montante de 1 456 123,84€, transite também ele para a rubrica “Reservas Livres”.

## 7. Gestão de riscos Financeiros

A Instituição não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

A SCMM seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

### a) RISCO DE CRÉDITO

#### (1) *Créditos sobre Clientes e Utentes*

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes e Utentes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes e Utentes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes e Utentes, a instituição:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

### b) RISCOS DE MERCADO



Risco de Taxa de Juro: em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a SCMM encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

Como regra geral a instituição não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

#### c) RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a SCMM possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais.

## 8. Acontecimentos após a data do balanço

### 8.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Mesa Administrativa da Entidade no dia 08/03/2023. No entanto os membros da Irmandade poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### 8.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Em relação às perspetivas futuras, a Mesa Administrativa está apreensiva quanto ao impacto provocado pela inflação verifica no último ano e no início do ano corrente, pelo impacto que tem nos custos da alimentação, bem como o efeito verificado no aumento das taxas de referência dos



financiamentos em curso, pelo impacto esperado no aumento significativo da componente juros e por conseguinte, no valor das prestações a liquidar.

Devido a este cenário de incerteza, apesar de ainda não ser possível quantificar as suas consequências globais, a Mesa Administrativa considera que tais impactos não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do ano de 2023, nem colocará em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos.

A Entidade apresenta uma evolução dos resultados económicos e financeiros equilibrados, obtendo desempenhos positivos passados e presentes, os níveis de endividamento são moderados, as taxas de ocupação situam-se acima dos 95%, existem listas de espera de utentes que permitirão manter as taxas de ocupação e a atualização anual das mensalidades e dos acordos de cooperação, factos que contribuem para a capacidade da Entidade prosseguir em continuidade.

## 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nem perante a Segurança Social.

## 10. Outras informações

À data de 31/12/2022, com exceção dos factos referidos nas notas 5 e 16 do Anexo, não existem ativos com restrições. A Mesa Administrativa e o Contabilista Certificado confirmam que à data de 31 de dezembro de 2022:

- Não existem quaisquer outras responsabilidades como garantias e penhores a favor de terceiros para além das divulgadas;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Instituição, para além dos divulgados, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Instituição, no âmbito do SNC-ESNL seja obrigado a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades das suas demonstrações financeiras.



## 11. Demonstrações Financeiras

Separadamente a este Relatório de Gestão da Mesa Administrativa apresentam-se as demonstrações financeiras completas da Instituição, as quais compreendem:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo.

Mangualde, 8 de março de 2023

### A Mesa Administrativa

\_\_\_\_\_  
(Manuel Fernando Almeida Cabral - Provedor)

\_\_\_\_\_  
(António Campos Almeida Barreiros – Vice-Provedor)

\_\_\_\_\_  
(Maria de Fátima Nunes e Lopes Tavares – Secretária)

\_\_\_\_\_  
(José Coelho Albuquerque – Tesoureiro)

\_\_\_\_\_  
(Filomena Maria A Guerra Borges Ferreira – Vogal)

\_\_\_\_\_  
(Fernando Manuel C. Coelho Albuquerque – Vogal)

\_\_\_\_\_  
(Jorge do Amaral – Vogal)



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MANGUALDE**

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO ANO DE 2022**

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por naturezas;
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo.

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	7
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	9
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	19
5	Ativos Fixos Tangíveis e Bens do Património Histórico e Cultural.....	19
6	Ativos Intangíveis.....	21
7	Investimentos Financeiros .....	22
8	Inventários .....	22
9	Créditos a Receber.....	22
10	Estado e outros entes públicos.....	23
11	Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados .....	24
12	Diferimentos .....	24
13	Outros ativos correntes .....	24
14	Caixa e depósitos bancários.....	25
15	Fundos Patrimoniais / Resultados Transitados / Ajustamento - Outras variações nos fundos patrimoniais .....	25
16	Financiamentos Obtidos .....	26
17	Fornecedores .....	28
18	Outros passivos correntes .....	28
19	Rédito.....	29
20	Subsídios/Doações e legados à exploração .....	29
21	Fornecimentos e Serviços Externos.....	29
22	Gastos com o pessoal .....	30
23	Imparidades em dívidas a receber (perdas/reversões) .....	31
24	Outros rendimentos.....	31
25	Outros gastos .....	32
26	Juros e rendimentos similares obtidos/Juros e gastos similares suportados.....	32
27	Passivos contingentes.....	32
28	Acontecimentos após a data de Balanço.....	33
29	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	33
30	Outras informações.....	34

## Balança em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	Notas	(Valores em euros)	
		Período	
		31-12-2022	31-12-2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	6 832 387,48	6 113 653,49
Bens do Património Histórico e Cultural	5	400 368,70	400 368,70
Ativos intangíveis	6	2 184,85	3 882,06
Investimentos Financeiros	7	31 564,36	25 180,76
Total do ativo não corrente		<b>7 266 505,39</b>	<b>6 543 085,01</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	38 749,78	44 627,12
Créditos a receber	9	343 194,80	225 422,05
Estado e outros entes públicos	10	49 223,12	63 461,72
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados	11	13 865,68	18 072,48
Diferimentos	12	17 019,74	5 071,78
Outros ativos correntes	13	272 188,09	369 619,84
Caixa e depósitos bancários	14	1 156 159,76	1 500 369,72
Total do ativo corrente		<b>1 890 400,97</b>	<b>2 226 644,71</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9 156 906,36</b>	<b>8 769 729,72</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	15	714 690,07	714 690,07
Reservas		424 133,26	-
Resultados transitados	15	1 456 123,84	1 738 514,60
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais	15	2 313 158,78	2 344 701,35
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>572 631,57</b>	<b>141 742,50</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>5 480 737,52</b>	<b>4 939 648,52</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	16	3 078 870,36	3 093 966,43
Total do passivo não corrente		<b>3 078 870,36</b>	<b>3 093 966,43</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	64 020,91	232 598,22
Estado e outros entes públicos	10	73 890,93	82 772,33
Financiamentos obtidos	16	130 231,54	88 812,41
Diferimentos	12	48,82	48,82
Outros passivos correntes	18	329 106,28	331 882,99
Total do passivo corrente		<b>597 298,48</b>	<b>736 114,77</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3 676 168,84</b>	<b>3 830 081,20</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>9 156 906,36</b>	<b>8 769 729,72</b>

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2022

*(Valores em euros)*

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2022	2021
Serviços prestados	19	2 797 954,03	2 396 504,63
Subsídios, doações e legados à exploração	20	1 085 344,74	846 911,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(368 811,82)	(269 276,38)
Fornecimentos e serviços externos	21	(680 864,83)	(700 358,43)
Gastos com pessoal	22	(2 097 707,73)	(2 041 362,21)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	(11 970,11)	-
Outros rendimentos	24	108 136,16	151 680,48
Outros gastos	25	(21 560,64)	(13 821,75)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>810 519,80</b>	<b>370 278,12</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 - 6	(194 838,61)	(190 201,04)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>615 681,19</b>	<b>180 077,08</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	5,50	11,00
Juros e gastos similares suportados	26	(43 055,12)	(38 345,58)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>572 631,57</b>	<b>141 742,50</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>572 631,57</b>	<b>141 742,50</b>

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2022

(Valores em euros)

DESCRIÇÃO	Notas						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>	<b>1</b>	<b>714 690,07</b>	<b>0,00</b>	<b>1 738 514,60</b>	<b>2 344 701,35</b>	<b>141 742,50</b>	<b>4 939 648,52</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Aplicação Resultado Líquido de 2021	15			141 742,50		(141 742,50)	0,00
Aplicação Resultados anos anteriores	15		424 133,26	(424 133,26)			0,00
Imputação dos subsídios ao investimento	15; 24				(31 542,57)		(31 542,57)
	<b>2</b>						<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>424 133,26</b>	<b>(282 390,76)</b>	<b>(31 542,57)</b>	<b>(141 742,50)</b>	<b>(31 542,57)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>					572 631,57	572 631,57
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>						541 089,00
	<b>5</b>						<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>714 690,07</b>	<b>424 133,26</b>	<b>1 456 123,84</b>	<b>2 313 158,78</b>	<b>572 631,57</b>	<b>5 480 737,52</b>

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2021

(Valores em euros)

DESCRIÇÃO	Notas						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>	<b>1</b>	<b>714 690,07</b>		<b>1 693 800,38</b>	<b>2 067 454,60</b>	<b>44 714,22</b>	<b>4 520 659,31</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Aplicação Resultado Líquido de 2020	15			44 714,22		(44 714,22)	0,00
Imputação dos subsídios ao investimento	15; 24				(33 596,41)		(33 596,41)
Regularização do Subsídio do Turismo de Portugal	5; 13; 15				2 843,16		2 843,16
Subsídio Município Mangualde - LMC	13; 15				150 000,00		150 000,00
Doação para aquisição de terreno	15				150 000,00		150 000,00
Doação de viatura IVECO	5; 15				8 000,00		8 000,00
	<b>2</b>			<b>44 714,22</b>	<b>277 246,75</b>	<b>(44 714,22)</b>	<b>277 246,75</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>					141 742,50	141 742,50
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>						418 989,25
<b>OPERAÇÕES COM INTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
	<b>5</b>						
		<b>714 690,07</b>		<b>1 738 514,60</b>	<b>2 344 701,35</b>	<b>141 742,50</b>	<b>4 939 648,52</b>

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

## Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022

(Valores em euros)

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes		2 708 246,44	2 395 016,16
Pagamentos a fornecedores		(1 138 045,20)	(1 077 962,05)
Pagamentos ao pessoal		(2 100 468,76)	(2 054 047,83)
Caixa gerada pelas operações		<b>(530 267,52)</b>	<b>(736 993,72)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(88,00)	
Outros recebimentos/pagamentos		1 082 183,35	1 798 292,98
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>551 827,83</b>	<b>1 061 299,26</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(981 663,07)	(1 146 751,00)
Investimentos financeiros		(7 938,86)	
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1 601,40	
Subsídios ao investimento		108 689,30	
Juros e rendimentos similares		5,50	11,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(879 305,73)</b>	<b>(1 146 740,00)</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		150 000,00	530 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(123 676,94)	(22 329,43)
Juros e gastos similares		(43 055,12)	(38 345,58)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>(16 732,06)</b>	<b>469 324,99</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(344 209,96)</b>	<b>383 884,25</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	1 500 369,72	1 116 485,47
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	14	<b>1 156 159,76</b>	<b>1 500 369,72</b>

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

---

## 1 Identificação da Entidade

---

A "Santa casa da Misericórdia de Mangualde" (referida neste documento como "Santa Casa") é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", com sede em Av. General Humberto delgado nº 20, em Mangualde.

O art.º 3º dos estatutos refere os fins estatutários da Santa Casa, os quais correspondem à prática das catorze obras de misericórdia, manter e promover obras, expressamente nos setores de ação social, da saúde, da educação, da cultura, garantindo aos cidadãos, especialmente os mais desfavorecidos, a proteção na doença, invalidez, na juventude e na infância e culturalmente preservará, conservará e divulgará o seu património monumental, documental e artístico, praticar e manter culto católico, especialmente na Igreja, no Santuário da Nossa Senhora do Castelo e Capelas, e exercer quaisquer outras atividades constantes do Compromisso, e mais as que vierem a ser consideradas convenientes.

---

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2021, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) - Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 - B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 - A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) - Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) - Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o ano abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC - IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

**2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Nos anos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

---

**2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do ano anterior bem como das quantias relativas ao ano anterior que tenham sido ajustadas.**

As quantias relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

---

**3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

**3.1 Políticas de reconhecimento e mensuração****3.1.1 Ativos fixos tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O gasto de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no ano em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens começando quando os bens estejam disponíveis para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida, cessando na data em que o ativo for desreconhecido. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil em anos	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento básico	8	16,66%
Equipamento de transporte	4	25%
Equipamento administrativo	8	16,66%
Outros Ativos fixos tangíveis	4	25%

A Entidade revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As propriedades de investimento nesta norma são reconhecidas e apresentadas como um ativo fixo tangível e seguem as políticas contabilistas da mensuração dos ativos fixos tangíveis (**nota 5**).

### 3.1.2 Bens do património histórico e cultural

No seguimento da **nota 3.1.1**, os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados.

Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Outras variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens (instalações) do património histórico e cultural, assim como as obras realizadas que permitem um acréscimo da sua vida útil, sendo um ativo, não são objeto de depreciação, de acordo com o parágrafo nº 7.16 do Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho, o qual homologou a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (ESNL).

Contudo, os bens que são incorporados nestas instalações, que sejam possíveis remover a qualquer altura, para integrar um bem incluído no ativo fixo tangível da Entidade, são depreciados tendo por base a melhor estimativa da sua vida útil.

Segundo o Art.º 21 e 22 do Compromisso, a “Instituição não pode alienar nem onerar os seus bens imóveis e móveis com especial valor artístico ou histórico, sem prévia deliberação da Assembleia Geral, seguida do cumprimento das respetivas normas canónicas e civis”.

### 3.1.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente *software* encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos anos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil em anos	Taxa amortização
Programas de Computador	3	33,33%

### 3.1.4 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Em 31.12.2022, esta rubrica inclui “Fundos de Compensação de Trabalho” decorrente de imperativos legais desde 01.10.2013.

### 3.1.5 Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Na NCRF - ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

### **3.1.6 Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a formula de custeio utilizada é custo médio ponderado.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos anos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Entidade adota o sistema de inventário permanente.

### **3.1.7 Créditos a Receber**

Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como “Ativo Corrente”, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, é exibida como um Ativo não Correntes.

### **3.1.8 Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*

*c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo; e,*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2017 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.1.9 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros que se encontram com saldo no final do ano sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável (líquido de perdas por imparidade).

### 3.1.10 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no ano a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outras passivos correntes” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

### 3.1.11 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

### 3.1.12 Imparidades de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção, nomeadamente dos “Inventários”, dos “Ativos financeiros” que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros e “Ativos biológicos” relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação.

Assim, neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra

registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em anos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em anos anteriores.

### **3.1.13 Fundos patrimoniais**

Esta rubrica é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados (*Resultados transitados*);
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.1.14 Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais**

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida que forem contabilizadas as

depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Adicionalmente, esta rubrica inclui a partir do ano de 2020, subsídios atribuídos para fazer face a obras a realizar nos “Bens do património histórico e cultural”, os quais não são sujeitos a depreciação conforme referido na **nota 3.1.2** acima.

### **3.1.15 Passivos não correntes**

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou,
- A Entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e,
- Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão.

### **3.1.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento**

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo menos perdas por imparidade, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (*é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda*) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial (Em substancia superior a 1, 2.... anos), caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam

concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

#### **3.1.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores**

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao seu justo valor, o qual têm vindo a ser semelhante ao seu valor nominal.

#### **3.1.18 Prestação de serviços e juros**

O rédito relativo a prestações de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal.

#### **3.1.19 Subsídios**

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, subsídio às valências), são reconhecidos como rendimentos do próprio ano, na rubrica “Subsídios, doações e legados a exploração” da demonstração dos resultados do ano, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num ano posterior, onde serão rendimentos desse ano.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis, são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos em rendimentos na demonstração dos resultados, numa base sistemática e racional durante os anos contabilísticos necessários para balanceá-los com as referidas depreciações.

No caso do subsídio estar relacionado com os ativos fixos tangíveis não depreciáveis e com ativos intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios (**notas 3.1.2 e 3.1.14**), exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade (refira-se que, na parte dos ativos fixos tangíveis, esta política está de acordo com a norma supletiva constante da alínea b) nº 12 da NCRF 22).

### **3.1.20 Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2022 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2023, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2022.

### **3.1.21 Rendimentos Financeiros**

Os juros obtidos são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

### **3.1.22 Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF - ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 incluem:

- ✓ Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;

- ✓ Análise às perdas por imparidade dos ativos e utentes;
- ✓ Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em anos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

### 3.1.23 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do ano. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Neste âmbito não se verificam quaisquer alterações no ano, nem ocorrência de erros.

## 5 Ativos Fixos Tangíveis e Bens do Património Histórico e Cultural

### Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos anos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2022			
	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências	Saldo Final
<b>Quantia escriturada bruta</b>				
Terrenos e Recusos Naturais	3 428	163 273		166 701
Edifícios e Outras Construções	5 640 412	2 918		5 643 331
Equipamento básico	813 742	35 213		848 955,37
Equipamento de transporte	82 167	0		82 167
Equipamento Administrativo	180 256	5 275		185 531
Outros Ativos Fixos Tangíveis	56 653	0		56 653
Investimentos em curso	1 870 622	705 196		2 575 818
<b>Total</b>	<b>8 647 281</b>	<b>911 875</b>	<b>0</b>	<b>9 559 156</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e Outras Construções	1 600 398	137 623		1 738 020
Equipamento básico	634 477	49 247		683 725
Equipamento de transporte	76 167	2 000		78 167
Equipamento Administrativo	166 207	4 271		170 478
Outros Ativos Fixos Tangíveis	56 379	0		56 379
<b>Total</b>	<b>2 533 628</b>	<b>193 141</b>	<b>0</b>	<b>2 726 769</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>6 113 653</b>	<b>718 734</b>	<b>0</b>	<b>6 832 387</b>

Descrição	2021			
	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências	Saldo Final
<b>Quantia escriturada bruta</b>				
Terrenos e Recusos Naturais	3 428			3 428
Edifícios e Outras Construções	4 988 296	14 047	638 070	5 640 412
Equipamento básico	656 138	17 392	140 212	813 742,13
Equipamento de transporte	74 167	8 000		82 167
Equipamento Administrativo	180 256			180 256
Outros Ativos Fixos Tangíveis	56 653			56 653
Investimentos em curso	1 344 738	1 304 166	( 778 282)	1 870 622
<b>Total</b>	<b>7 303 677</b>	<b>1 343 604</b>	<b>0</b>	<b>8 647 281</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e Outras Construções	1 468 481	135 817	( 3 901)	1 600 398
Equipamento básico	591 653	42 824		634 477
Equipamento de transporte	74 167	2 000		76 167
Equipamento Administrativo	161 142	5 064		166 207
Outros Ativos Fixos Tangíveis	53 608	2 771		56 379
<b>Total</b>	<b>2 349 052</b>	<b>188 476</b>	<b>( 3 901)</b>	<b>2 533 628</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>4 954 625</b>	<b>1 155 128</b>	<b>3 901</b>	<b>6 113 653</b>

Durante o ano de 2022, nesta rubrica verificaram-se as seguintes variações mais significativas:

- Aquisição do terreno da Quinta da Vila (163 273€);
- Aquisição de equipamento básico para as várias valências (35 213€).
- As aquisições relativas a investimentos em curso (705 196€), cujo valor substancial foi aplicado na remodelação do Lar Morgado Cruzeiro.

Os Investimentos em Curso em 31 de dezembro de 2022 no montante de 2 575 818€, têm o seguinte detalhe:

- ◆ Remodelação do Lar Morgado do Cruzeiro – 2 546 692€;
- ◆ Projeto de ampliação da UCCI – 29 126€.

Como referido, na rúbrica "Investimentos em curso" encontram-se reconhecidos os encargos relativos ao investimento em curso "Remodelação do Lar Morgado Cruzeiro", consubstancia um investimento total de 2 546 692 euros, para o qual a Entidade apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro, tendo a mesma sido aprovada em 30 de setembro de 2019, e a última alteração aprovada em 17/12/2020 (aprovando a alteração do investimento total de 1.308.223 euros para 1.650.401 euros), sendo o investimento elegível de 1.051.230 euros, não elegível de 46.709 euros e elegível não participado de 552.462 euros. Este projeto é cofinanciado pelo FEDER a uma taxa de 85% sobre o investimento elegível resultando numa participação no montante de 893.545 euros, tendo recebido no ano de 2020, o montante de 86.785 euros, em 2021 o montante de 691 216 euros e em 2022 o montante de 108 689 euros (ver **notas 13 e 15**).

As obras nos edifícios ainda não estão concluídas, pelo que, não se encontram disponíveis para uso, conforme parágrafo 7.19 da NCRF-ESNL.

Desde o ano de 2016, a rubrica propriedades de investimento (conta 42) encontra-se agregada na rubrica de ativos fixos tangíveis devido à alteração do normativo aplicável à Instituição (**nota 3.1.1**).

A Instituição tem ativos restritos como garantia para cumprimento das obrigações financeiras junto do credor "Caixa Crédito Agrícola Mútuo", constituindo uma hipoteca voluntária sobre os prédios sítos na freguesia e concelho de Mangualde, inscritos na matriz predial sob os art.º 1990, 3538, 3371 e 3617, abrangendo todas as construções e benfeitorias que existam e as que venham a existir nos prédios identificados (ver **nota 16**).

Descrição do ativo	Classe do ativo	Quantia escriturada bruta	Passivo associado	Valor do passivo
Unidade de Cuidados Continuados - U-1990	Edifícios e Outras Construções	2 971 808	Hipoteca voluntária a favor do CCAM	1 435 010
Residência Sénior (apartamentos) - U-3538 e U-3371	Investimentos em curso	770 021	Hipoteca voluntária a favor do CCAM	397 769
Lar Morgado do Cruzeiro - U-3617	Investimentos em curso	556 562	Hipoteca voluntária a favor do CCAM	1 350 000
<b>Total</b>		<b>4 298 392</b>		<b>3 182 779</b>

### Bens do património histórico e cultural

Descrição	2022			
	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências	Saldo Final
Capelinhas 3899/3900/3901/3902	233			233
Ermida Sra. do Castelo 3896	35 925			35 925
Igreja da Misericórdia e Anexos 2344	20 976			20 976
Sanitários Públicos Sra. Castelo 3898	97			97
Restauro do Retábulo	8 800			8 800
Conservação e restauro da Igreja da Misericórdia	334 338			334 338
<b>Total</b>	<b>400 369</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>400 369</b>

Descrição	2021			
	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências	Saldo Final
Capelinhas 3899/3900/3901/3902	233			233
Ermida Sra. do Castelo 3896	35 925			35 925
Igreja da Misericórdia e Anexos 2344	20 976			20 976
Sanitários Públicos Sra. Castelo 3898	97			97
Restauro do Retábulo	8 800			8 800
Conservação e restauro da Igreja da Misericórdia	0		334 338	334 337,58
<b>Total</b>	<b>66 031</b>	<b>0</b>	<b>334 338</b>	<b>400 369</b>

## 6 Ativos Intangíveis

Nos anos de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

Descrição	2022			Descrição	2021		
	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final		Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Programas de Computador	8 099	0	8 099	Programas de Computador	7 227	872	8 099
<b>Total</b>	<b>8 099</b>	<b>0</b>	<b>8 099</b>	<b>Total</b>	<b>7 227</b>	<b>872</b>	<b>8 099</b>
Amortizações acumuladas	4 217	1 697	5 914	Amortizações acumuladas	2 493	1 725	4 217
<b>Total</b>	<b>4 217</b>	<b>1 697</b>	<b>5 914</b>	<b>Total</b>	<b>2 493</b>	<b>1 725</b>	<b>4 217</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>3 882</b>	<b>( 1 697)</b>	<b>2 185</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>4 734</b>	<b>( 852)</b>	<b>3 882</b>

## 7 Investimentos Financeiros

Nos anos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	25 181	19 337

Esta rubrica contém as contribuições para o fundo de compensação de trabalho (FCGT). Estas contribuições aplicam-se a todos os trabalhadores contratados após 01-10-2013.

## 8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022			2021		
	Inventário inicial	Compras	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Inventário final
Mercadorias	13 959	654	13 437	14 728	173	13 959
MP, subs. E de consumo	30 668	362 280	25 313	36 359	262 643	30 668
<b>Total</b>	<b>44 627</b>	<b>362 934</b>	<b>38 750</b>	<b>51 087</b>	<b>262 817</b>	<b>44 627</b>
CMVMC	<b>368 812</b>			<b>269 276</b>		

As alterações significativas nesta rúbrica resumem-se ao aumento substancial do preço da alimentação. Tal como foi referido anteriormente, a Entidade adota o sistema de inventário permanente.

## 9 Créditos a Receber

Para os anos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
ARS	168 525	115 484
Utentes	131 051	90 966
Segurança Social	42 596	18 116
Rendas	857	857
Outros	167	0
<b>Total Clientes e utente - Conta corrente</b>	<b>343 195</b>	<b>225 422</b>

No ano de 2022 manteve-se a regularidade dos pagamentos da ARS e da Segurança Social, sendo que o aumento do saldo face a 2021 se fica a dever ao aumento dos valores a receber pelos serviços prestados a estas entidades.

Os clientes de cobrança duvidosa, apresentam o seguinte detalhe, sendo que durante o ano de 2022, foi realizado um reforço de imparidade nesta rúbrica:

	2022	2021
<b>Cientes e utentes - Cobrança Duvidosa</b>		
Machados Monteiro Lucas Lda.	16 440	16 440
Maria Celeste Ferreira Gil dos Prazeres	6 403	6 403
Hispanus - Restaurante, Lda.	6 000	6 000
Elisa Conceição Meneses Mercês Brito	4 007	0
Creche	2 805	2 805
Sandra Cristina Vieira Freitas Paixão	2 670	2 670
Elsa Marisa Reis Almeida Ferreira	2 350	2 350
Humberto Tomé de Sousa Batista	2 204	0
Ana Maria Ferreira Vasconcelos	1 980	1 980
Aubete Pina Amaral	1 908	1 908
Manuel da Costa Henriques	1 800	0
Diamantina da Conceição	1 710	1 710
Ana Pais do Amaral	1 364	1 364
Vanda Sofia Gonçalves Bento de Sousa	1 350	1 350
Joaquim Manuel Agante Cristina	1 350	0
Fernando Augusto Campos Barros	1 093	1 093
Raul Soares	880	880
Rita Almeida Costa	688	0
Maria Augusta Rodrigues	592	592
João Manuel Moreira Simões	537	0
Maria Ferreira Costa	391	0
Maria Fernanda Almeida Pereira Rodrigues	370	0
Adelino Rodrigues	279	279
José Maria da Costa Amaro	277	0
Alice da Conceição	213	213
Maria Margarida Amaral Ferreira	200	200
Eduardo dos Santos Fernandes	195	0
Joaquina Rafael Jesus Dias	170	170
Maria do Céu Ferreira Meireles	160	160
Maria de Jesus Correia Fernandes	138	0
Olímpia Cruz Gonçalves	114	114
Claudio Alexandre Carvalho Correia	50	50
Rosa Perpétua Arranhado Carvoeiro	13	0
<b>Cientes e utentes - Cobrança Duvidosa</b>	<b>60 702</b>	<b>48 731</b>

## 10 Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rend Pessoas Coletivas (IRC)	1 044	956
Imposto sobre o rend Pessoas Singulares (IRS)		
IVA - Reembolsos	48 179	61 428
Outros Impostos e Taxas		1 078
<b>Total</b>	<b>49 223</b>	<b>63 462</b>
<b>Passivo</b>		
IVA a pagar	21 411	31 534
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	8 020	9 158
Segurança Social	43 199	40 669
Outros Impostos e Taxas	1 261	1 411
<b>Total</b>	<b>73 891</b>	<b>82 772</b>

Do montante do “IVA – Reembolsos” é referente ao IVA suportado nos géneros alimentares e nos investimentos em bens do ativo fixo tangível, o qual é reembolsado em 50%, tendo sido apresentados pedidos de reembolso no ano de 2022, montante de 47 137 Euros, e recebido o montante de 45 822 Euros.

Os montantes em dívida, em 31 de dezembro de 2022, a título de “IRS” e “Contribuições para a segurança social”, de 8 020 Euros e de 43 199 Euros, respetivamente, respeitam ao processamento salarial de dezembro de 2022 e foram liquidados, na totalidade, em janeiro de

2023, enquanto que o “IVA a pagar” é referente ao apuramento do IVA dos dois últimos trimestres de 2022, que estão a ser liquidados no âmbito dos programas de flexibilização de pagamentos ao Estado, sem penalizações, em 6 e 3 prestações, respetivamente.

À data de relato estavam por liquidar 4 prestações do 3º trimestre e todas as prestações do 4º trimestre por o pagamento apenas se iniciar em fevereiro de 2023.

## 11 Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Quotas	13 866	18 072

A redução do saldo em relação a 2021 resulta da disponibilização da opção de pagamento por referência multibanco, o que se veio a verificar ter um efeito eficiente na cobrança das quotas.

## 12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendas	49	49
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>49</b>
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	9 039	4 342
Trabalhos Especializados	6 664	730
Outros Gastos	1 317	0
<b>Total</b>	<b>17 020</b>	<b>5 072</b>

## 13 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
<b>Depósito a Prazo (Maturidade &gt; 3 meses)</b>		
Millennium BCP	110 000	110 000
<b>Outros Devedores:</b>		
Câmara Municipal de Mangualde	141 817	141 817
Recebimento Ent. Públicas	12 958	115 544
Pessoal	655	663
IEFP-Estágios	5 579	
Outros	1 180	1 596
<b>Total</b>	<b>272 188</b>	<b>369 620</b>

Esta rubrica inclui o depósito a prazo constituído no Millennium BCP, no montante de 110.000 Euros, com vencimento em maio de 2023 e o subsídio a receber da Câmara Municipal de Mangualde, para a construção da UCC e do LMC.

No ano de 2020, a Entidade reconheceu o acordo de colaboração com o CENTRO FEDER no âmbito da candidatura efetuada ao projeto “Projeto de Reabilitação do Lar Morgado do Cruzeiro”, tendo sido aprovada a alteração ao valor do investimento total no dia 17 de dezembro de 2020 e a concessão de uma comparticipação de 893 546 euros, dos quais foram já recebidos ao longo do ano de 2020, o montante de 86 785 euros, em 2021 o montante de 691 296 euros e em 2022 o montante de 108 689 euros (notas 5 e 15).

## 14 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	1 003	536
Depósito à Ordem	1 155 157	1 499 834
<b>Total</b>	<b>1 156 160</b>	<b>1 500 370</b>

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos caixa e depósitos à ordem, encontravam-se disponíveis para uso na totalidade.

## 15 Fundos Patrimoniais / Resultados Transitados / Ajustamento - Outras variações nos fundos patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

### Ano 2022:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuição	Saldo Final
Fundos	714 690			<b>714 690</b>
Reservas		424 133		<b>424 133</b>
Resultados Transitados	1 738 515	141 743	( 424 133)	<b>1 456 124</b>
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 344 701		( 31 543)	<b>2 313 159</b>
Resultado líquido do período	141 743	572 632	( 141 743)	<b>572 632</b>
<b>Total</b>	<b>4 939 649</b>	<b>1 138 507</b>	<b>( 597 418)</b>	<b>5 480 738</b>

### Ano 2021:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuição	Saldo Final
Fundos	714 690			<b>714 690</b>
Resultados Transitados	1 693 800	44 715		<b>1 738 515</b>
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 067 455	310 843	( 33 596)	<b>2 344 701</b>
Resultado líquido do período	44 715	141 743	( 44 715)	<b>141 743</b>
<b>Total</b>	<b>4 520 659</b>	<b>497 300</b>	<b>( 78 311)</b>	<b>4 939 649</b>

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” incluem as seguintes situações:

- ✓ Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- ✓ Fundos acumulados e outros excedentes;
- ✓ Subsídios, doações e legados que o governo ou outros instituidores ou a normal legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Foi efetuado a aplicação dos resultados do ano de 2021, para a rubrica de Reservas Livres, no montante de 141 742,50 Euros.

Também neste ano foi feita a aplicação dos resultados dos anos de 2018, 2019 e 2020, conforme as respetivas deliberações, por transferência para Reservas Livres.

As outras variações nos fundos patrimoniais têm o seguinte detalhe:

#### Ano 2022:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuição	Saldo Final
<b>Subsídios do Governo</b>				
Programa Pares	15 516		2 956	12 561
Programa Modelar	537 386		13 441	523 945
Câmara Municipal de Mangualde	355 826		5 146	350 680
SCML - Fundo Rainha D. Leonor	79 167		10 000	69 167
Turismo de Portugal - Valorizar	284 316			284 316
FEDER	893 546			893 546
<b>Doações</b>				
Doação de Terrenos e Edifícios	172 944			172 944
Doação de viatura	6 000			6 000
<b>Total</b>	<b>2 344 701</b>	<b>0</b>	<b>( 31 543)</b>	<b>2 313 158</b>

#### Ano 2021:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuição	Saldo Final
<b>Subsídios do Governo</b>				
Programa Pares	18 472		( 2 956)	15 516
Programa Modelar	550 881		( 13 495)	537 386
Câmara Municipal de Mangualde	210 971	150 000	( 5 146)	355 826
SCML - Fundo Rainha D. Leonor	89 167		( 10 000)	79 167
Turismo de Portugal - Valorizar	281 473	2 843		284 316
FEDER	893 546			893 546
<b>Doações</b>				
Doação de Terrenos e Edifícios	22 944	150 000		172 944
Doação de viatura		8 000	( 2 000)	6 000
<b>Total</b>	<b>2 067 454</b>	<b>310 843</b>	<b>( 33 596)</b>	<b>2 344 701</b>

As diminuições na subrubrica “Subsídios do Governo” devem-se à imputação dos subsídios ao investimento a ganhos do ano “Outros rendimentos” para contrabalançar com os gastos reconhecidos com as depreciações dos bens subsidiados, conforme descrito nas **notas 24 e 5**, respetivamente.

No ano de 2020, a Instituição celebrou um acordo de colaboração com o CENTRO FEDER no âmbito da candidatura efetuada ao projeto “Projeto de Reabilitação do Lar Morgado do Cruzeiro”, tendo sido aprovada a alteração ao valor do investimento total no dia 17 de dezembro de 2020 e a concessão de uma comparticipação no montante de 893 546 euros, conforme descrito nas **notas 5 e 13**.

## 16 Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

**Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022**

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimo Bancário UCC	56 701	1 308 142	1 364 843	70 305	1 364 705	1 435 010
Empréstimo Bancário Resid. Sénior	14 674	355 541	370 215	18 507	379 262	397 769
Empréstimo Bancário LMC	58 856	1 415 187	1 474 043	0	1 350 000	1 350 000
<b>Total</b>	<b>130 232</b>	<b>3 078 870</b>	<b>3 209 102</b>	<b>88 812</b>	<b>3 093 966</b>	<b>3 182 779</b>

Esta rubrica inclui os financiamentos contraídos junto do CCAM, relativos às obras da “UCC”, “Residencial Sénior” e “Lar Morgado do Cruzeiro”, com amortização de capital mensal e vencimento em 16/07/2037, 26/03/2029 e 30/06/2040, respetivamente.

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2022			2021		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	130 232	126 941	257 173	88 812	20 199	109 011
De um a cinco anos	687 597	696 631	1 384 228	783 561	176 593	960 155
Mais de cinco anos	2 391 273	759 296	3 150 569	2 310 405	169 968	2 480 373
<b>Total</b>	<b>3 209 102</b>	<b>1 582 868</b>	<b>4 791 970</b>	<b>3 182 779</b>	<b>366 760</b>	<b>3 549 539</b>

O montante a amortizar no ano de 2023 encontra-se reconhecido como passivo corrente.

Para garantir o cumprimento dos financiamentos contraídos, foi constituída uma hipoteca voluntária sobre os prédios descritos na **nota 5**.

## 17 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
VISIPAPEL	7 372	10 401
Medical Plus-Produtos Médicos e Hospitalares, Lda <sup>a</sup>	6 210	1 345
Azurphiovida	5 638	3 018
Norberto Pereira Coutinho da Paixão	5 594	3 057
Cabral & Silva	4 785	3 947
Artifofo - Equ. Hosp. e farm., Lda.	3 334	728
Enernel - Sistemas de Energia, Lda	2 530	0
Recheio - Cash & Carry	2 498	2 342
António Pedro Pinto	2 002	2 515
Gáscomb Empresa de Gases e Derivados, LDA.	1 988	0
Eduardo Cabral e Irmão, Lda.	1 940	1 718
Nunes & Cabral	1 855	6 388
Latogal - Prod. Alimentar SA	1 735	0
Quinta da Tapada	1 728	0
Armando Coelho & Filhos Lda <sup>a</sup>	1 162	541
VISMEC Instalações Eletromecânicas, Lda.	1 082	801
Allience Healthcare, S.A.	1 007	1 001
NIPPON GASES PORTUGAL Unipessoal, LDA.	964	1 367
Nestlé Portugal, SA	869	827
Soares e Figueiredo, SA	662	695
Eléctrica das Beiras	583	399
Honorários a Diversos	579	-255
Aguiar e Irmãos, Lda.	569	0
Otis Elevadores, Lda.	525	484
Vitor Campos & Associado, SROC, Lda.	492	492
Antonio Silva de Pina	479	983
Ambimed	467	425
Mundinter	396	0
Unitecla	378	236
Grenke,SA	353	0
Restantes Fornecedores	4 246	189 144
<b>Total</b>	<b>64 021</b>	<b>232 598</b>

O prazo médio de pagamento em 2022 foi de, aproximadamente, 22 dias (2021: 87 dias).

A variação mais significativa neste saldo corresponde à reclassificação das dívidas a Fornecedores de Investimentos que vinham sendo reconhecidas como dívidas a Fornecedores.

Esta diferença material também explica a diferença substancial no prazo médio de pagamento.

Expurgado esse saldo reclassificado, o prazo médio de pagamento a fornecedores em 2021 foi de 31 dias.

## 18 Outros passivos correntes

O saldo da rubrica de “Outros passivos correntes” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Estimativa dos Gastos com Pessoal	256 991	289 437
Credores por acréscimo de gastos	15 708	36 872
Pessoal	446	95
Outros credores	55 961	5 479
<b>Total</b>	<b>329 106</b>	<b>331 883</b>

A variação nesta rubrica deve-se, principalmente, à diminuição dos valores estimados com acréscimos de gastos. Mais concretamente, faturas da Iberdrola emitidas em 2022 referentes a 2021.

## 19 Rédito

Para os anos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
<b>Prestação de Serviços</b>		
Serviços Prestados a Utilizadores	2 763 784	2 376 784
Quotas	8 441	7 787
Serviços Secundários	25 729	11 934
<b>Volume de Negócios</b>	<b>2 797 954</b>	<b>2 396 505</b>
<b>Total</b>	<b>2 797 954</b>	<b>2 396 505</b>

O aumento verificado nesta rubrica resultou da atualização dos valores pagos por utente pela Segurança Social.

## 20 Subsídios/Doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos anos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
<b>Instituto de segurança Social</b>		
Creche e jardins de Infância	162 955	135 918
Lares	821 907	689 777
Família e comunidade	11 984	15 968
<b>Outros Subsídios</b>		
IEFP	9 298	5 249
Donativos	79 201	0
<b>Total</b>	<b>1085 345</b>	<b>846 912</b>

A variação ocorrida nesta rubrica é referente à atualização anual dos protocolos e à reclassificação dos “Donativos” que vinham a ser reconhecidos como “Outros Rendimentos”. Em 2021 essa rubrica apresentava o valor de 54 041 Euros

## 21 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	35 356	34 569
Serviços especializados	291 884	266 897
Materiais	17 046	12 921
Energia e fluídos	183 591	159 251
Deslocações, estadas e transportes	345	625
Serviços diversos	122 050	117 826
Encargos com os Utentes	30 443	108 081
Diversos	150	188
<b>Total</b>	<b>680 865</b>	<b>700 358</b>

A variação ocorrida na rubrica está relacionada com o efeito transversal que a inflação teve no mercado.

No caso particular dos serviços especializados, o aumento verifica-se ainda pelo aumento do recurso a trabalhadores independentes para suprir necessidades que não eram passíveis de ser suprimidas com os colaboradores do quadro.

Na subrubrica “Energia e fluídos” o aumento refletido ficou a dever-se ao aumento do consumo de energia na climatização dos espaços e conferir melhor comodidade aos utentes.

Naturalmente, também esta rubrica esteve parcialmente sujeita aos efeitos do aumento do custo da energia, principalmente no que concerne ao custo do gás natural.

Também se verifica uma redução substancial dos serviços suportados com “Encargos com utentes” por ser um gasto variável que fica dependente da natureza das patologias que os utentes que correspondem a casos sociais, que a Entidade acaba por custear, e também do número desses casos.

## 22 Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos, nos anos de 2022 e 2021, permaneceu nos sete elementos. Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 aumentou de “152” em 2021 para “156” em 2022.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remuneração ao pessoal	1 671 457	1 617 141
Encargos sobre as Remunerações	374 775	356 911
Seguros de Acidentes no Trabalho	12 318	15 446
Outros Gastos com Pessoal	39 158	51 864
<b>Total</b>	<b>2 097 708</b>	<b>2 041 362</b>
<b>Nº Médio de Funcionários</b>	<b>156</b>	<b>152</b>
<b>Valor médio de Funcionário</b>	<b>13 447</b>	<b>13 430</b>

O aumento ocorrido nesta rubrica deve-se à atualização da massa salarial, por força da progressão na carreira, da atualização do salário mínimo nacional e ao reforço na contratação de pessoal qualificado.

### 23 Imparidades em dívidas a receber (perdas/reversões)

Durante o ano de 2022 foram reconhecidas imparidades de “Outros passivos correntes” (nota 9).

O detalhe desse reconhecimento é o seguinte:

Descrição	2022		
	Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
Imparidades de dívidas a receber	48 731	11 970	60 702
<b>Total</b>	<b>48 731</b>	<b>11 970</b>	<b>60 702</b>

Descrição	2021		
	Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
Imparidades de dívidas a receber	48 731		48 731
<b>Total</b>	<b>48 731</b>	<b>0</b>	<b>48 731</b>

### 24 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	7 878	4 438
Descontos de pronto pagamento obtidos	525	556
Rendimentos em investimentos não financeiros	15 820	18 061
Imputação de subsídios ao investimento	31 543	31 596
Outros Reembolsos (fraldas, refeições, etc.)	26 190	36 827
Donativos (Lar/Culto/UCC)	0	54 041
Correções relativas a períodos anteriores	6 809	60
Receitas Comemorações		
Outros não especificados	19 371	6 101
<b>Total</b>	<b>108 136</b>	<b>151 680</b>

A principal variação nesta rubrica é justificada pela diminuição dos donativos recebidos, os quais se destinam ao desenvolvimento das diversas valências sociais da Entidade e concedidos sem contrapartidas. Como referido em notas anteriores, esta rubrica foi reclassificada em 2022.

A subrubrica “Rendimentos em investimentos não financeiros” é referente a rendas dos imóveis arrendados.

Esta rubrica contém ainda a imputação dos subsídios ao investimento referida na nota 15.

A variação da subrubrica “Outros não especificados” corresponde na quase totalidade ao valor correspondente à compensação do falta de aviso prévio dos colaboradores que rescindiram o contrato de trabalho no exercício económico.

Nas restantes rubricas não se verificaram variações significativas.

## 25 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos e taxas	1 759	1 793
<b>Outros Gastos</b>	<b>19 801</b>	<b>12 029</b>
<i>Correções relativas a períodos anteriores</i>	8 980	8 498
<i>Donativos</i>		
<i>Quotizações</i>	2 750	1 890
<i>Festas Sra. Castelo e outras comemorações</i>	8 010	1 641
<i>Outros</i>	61	0
<b>Total</b>	<b>21 561</b>	<b>13 822</b>

A variação desta rubrica resultou do facto de no ano terem sido realizadas as Festas da Nossa Senhora do Castelo.

## 26 Juros e rendimentos similares obtidos/Juros e gastos similares suportados

A rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	43 055	38 346
<b>Total</b>	<b>43 055</b>	<b>38 346</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	6	11
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>11</b>

Nesta rubrica encontram-se os juros suportados relativos aos financiamentos contraídos junto do CCAM, conforme descrito na **nota 16**.

## 27 Passivos contingentes

Processos contraordenacionais nº 20170004280 e 201600157605, movidos pela Segurança Social, relativos a aplicações de coimas, nos montantes de 5.025 Euros e 2.525 Euros, respetivamente, os quais se encontram pendentes. A Entidade não procedeu à constituição de provisão para fazer face a eventuais exfluxos futuros, por ser entendimento dos seus representantes e dos consultores jurídicos que procederam à apresentação recursos em Tribunal, que existe uma forte probabilidade das decisões / Sentenças lhes serão favoráveis.

## **28 Acontecimentos após a data de Balanço**

---

### **Autorização para emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Mesa Administrativa da Entidade no dia 08/03/2023. No entanto os membros da Irmandade poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### **Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço**

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Em relação às perspetivas futuras, a Mesa Administrativa está apreensiva quanto ao impacto provocado pela inflação verificada no último ano e no início do ano corrente, pelo impacto que tem nos custos da alimentação, bem como o efeito verificado no aumento das taxas de referência dos financiamentos em curso, pelo impacto esperado no aumento significativo da componente juros e por conseguinte, no valor das prestações a liquidar.

Devido a este cenário de incerteza, apesar de ainda não ser possível quantificar as suas consequências globais, a Mesa Administrativa considera que tais impactos não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do ano de 2023, nem colocará em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos.

A Entidade apresenta uma evolução dos resultados económicos e financeiros equilibrados, obtendo desempenhos positivos passados e presentes, os níveis de endividamento são moderados, as taxas de ocupação situam-se acima dos 95%, existem listas de espera de utentes que permitirão manter as taxas de ocupação e a atualização anual das mensalidades e dos acordos de cooperação, factos que contribuem para a capacidade da Entidade prosseguir em continuidade.

## **29 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nem junto da Segurança Social.

---

### 30 Outras informações

---

À data de 31/12/2022, com exceção do facto referido na **nota 5** e **nota 16**, não existem ativos com restrições.

A Mesa Administrativa e o Contabilista Certificado confirmam que à data de 31 de dezembro de 2022, não existem quaisquer outras responsabilidades como garantias e penhores a favor de terceiros para além das divulgadas.

Mangualde, 8 de março de 2023

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

---

(Sérgio Alberto Rodrigues Gouveia Barroso – C.C. n.º 45 674)

---

(Manuel Fernando Almeida Cabral - Provedor)

---

(António Campos Almeida Barreiros – Vice-Provedor)

---

(Maria de Fátima Nunes e Lopes Tavares – Secretária)

---

(José Coelho Albuquerque – Tesoureiro)

---

(Filomena Maria A Guerra Borges Ferreira – Vogal)

---

(Fernando Manuel C. Coelho Albuquerque – Vogal)

---

(Jorge do Amaral – Vogal)



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, sito na Avenida General Humberto Delgado n.º 20, na cidade e Concelho de Mangualde, reuniu no passado dia 13 do corrente mês de Março para, de acordo com a alínea a) e c) do Art.º 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, apreciar e dar parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2022 apresentado pela Mesa Administrativa.

No desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante os últimos meses ao funcionamento das atividades desenvolvidas.

O Relatório e Contas, que apresenta o resultado líquido positivo no valor de 572.631,57€ (quinhentos e setenta e dois mil, seiscentos e trinta e um euros e cinquenta e sete cêntimos), é fruto de uma gestão rigorosa, criteriosa e incisiva, sem nunca perder em vista os serviços de qualidade e excelência, junto dos nossos utentes e colaboradores.

Por outro lado, mantemos a nossa apreensão para os desafios atuais que o ano de 2023 está a provocar à escala global, com a continuação da subida das taxas de juro e da inflação, com consequências imprevisíveis junto das famílias e Instituições de Solidariedade Social.

O impacto do aumento gradual e substancial que tem ocorrido nos custos correntes e de funcionamento, como a energia, gás, produtos alimentares, entre outros, são um desafio constante no dia a dia da gestão da Mesa Administrativa.

Examinámos regularmente os registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Mesa Administrativa os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.



O Balanço, a Demonstração dos Resultados e demais informação contabilística, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e evidenciam os factos mais relevantes das diversas Unidades da Santa Casa, obedecendo às disposições legais e estatutárias em vigor.

Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1º - Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2022 apresentado pela Mesa Administrativa;

2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Mesa Administrativa.

Mangualde, 13 de Março de 2023

O Presidente,

---

( Fernando Manuel Morais de Almeida )

O Vice Presidente,

---

( Filipe Manuel Pinheiro Ferraz )

O Secretário,

---

( Lúcio Gonçalves Balula )